



FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA

Licenciatura em História
Trabalho de Fim do Curso

Tema:

O Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes: o caso Vale do Infulene 1980 até atualidade.

Discente:

Oswaldo Egídio Martinho

Docentes:

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Novembro de 2023

TÍTULO DO TRABALHO: O Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes: o caso Vale do Infulene 1980 até atualidade.

Monografia apresentada em cumprimento dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em **História**.

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIENCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTORIA
DISCIPLINA: TRABALHO DE FIM DO CURSO**

DOCENTES

(Doutor Paulo Lopes José)

(Mestre José Cláudio Mandlate)

Maputo, Novembro de 2023

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Martin Luther King

Maputo, Novembro de 2023

Índice

Declaração.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos	III
Resumo	IV
Lista De Abreviaturas E Siglas	V
Cronologia.....	VI
CAPITULO I	7
1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1. Contextualização	7
1.1.1. Caracterização e localização e da área da pesquisa	8
1.2. Problemática.....	9
1.3. Argumento.....	10
1.4. Pergunta de Partida.....	11
1.5. Objectivos.....	11
1.5.1. Objectivo Geral.....	11
1.6. Revisão de Literatura	11
1.7. Metodologia	14
1.8. Estrutura do trabalho	15
CAPÍTULO II.....	15
2. O PERCURSO HISTÓRICO DAS ZONAS VERDES	15
2.1. Evolução da ocupação durante o período colonial.....	15
2.2. Transformações após a Independência.....	16
CAPÍTULO III.....	21
3. FORMAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO VALE DO INFULENE.....	21
3.1. Acesso e posse da terra no período colonial	21
3.2. Acesso e posse da terra no período pós-colonial.....	23
3.3. Dinâmicas atuais de Ocupação da terra no Vale do Infulene.....	24
3.4. Papel das associações de produtores na ocupação da terra.....	27
CAPÍTULO IV.....	30
4. IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO VALE DO INFULENE.....	30
4.1. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente.....	30

4.2.	Impactos Sócio-Económicos da Ocupação da Terra.....	32
CAPÍTULO V.....		34
5.	CONCLUSÃO.....	34
6.	Referências bibliográficas	35
7.	Apêndices	39
7.1.	Apêndice 1: Lista dos entrevistados.....	39
7.2.	Apêndice 2: Guião de entrevistas.....	40

Declaração

Declaro que este trabalho nunca foi apresentado, para obtenção de qualquer grau acadêmico, e que constitui o resultado da minha investigação pessoal, por essa razão estão indicadas no texto as fontes que foram usadas.

Dedicatória

Dedico este trabalho:

À memória da minha mãe, Thema Alberto Siteo

À meu pai Egídio Martinho,

À Brigida, minha irmã

Ao Eric e Nhelete, meus sobrinhos

(minhas fontes de inspiração)

Agradecimentos

Neste momento significativo, desejo expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que desempenharam papéis cruciais ao longo desta jornada acadêmica:

A Deus, fonte de sabedoria e força, que me guiou por cada passo deste caminho.

À minha amada família, cujo apoio incondicional e amor sustentaram meu espírito em todas as fases deste desafio intelectual. A vocês, meu pai **Egídio Martinho**, minha irmã **Brigida Martinho** e meus sobrinhos **Eric e Nhelete**, devo uma dívida de gratidão eterna.

À minha prima **Utilia Angélica**, cuja amizade e apoio moral foram bálsamos nos momentos mais desafiadores. E a meu tio **Jafete Siteo**, que desempenhou um papel crucial em um período desafiador da minha vida, sua ajuda foi fundamental e talvez sem ela não estaria aqui hoje, minha profunda gratidão.

Ao meu pai **Egídio Martinho**, cujo investimento financeiro tornou possível a realização deste curso e desta monografia.

Aos Docentes do Departamento de História da faculdade de Letras e Ciências Sociais- Universidade Eduardo Mondlane, em particular ao **Dr. Paulo Lopes José PhD** e **Doutor José Claudio Mandlate MA**, que compartilharam seu conhecimento e orientação com generosidade ao longo da elaboração do trabalho.

Aos colegas que se transformaram em amigos inseparáveis - **Anargencia Chaguala**, **Elton Nhaca** e **Milton Madabo**. Nossos laços não são apenas acadêmicos, mas também de amizade genuína, e levo cada um de vocês em meu coração.

Quero agradecer sinceramente ao meu amigo Hugo Munissa pelo apoio constante ao longo deste caminho. Sua amizade foi um grande suporte em momentos desafiadores.

E a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta jornada, meu sincero agradecimento. Suas influências moldaram este trabalho de maneira única.

A todos vocês, minha profunda gratidão. Este ensaio é a culminação de um esforço coletivo e um testemunho de que juntos somos capazes de alcançar grandes feitos e que deus vos abençoe.

Resumo

O presente trabalho analisa o processo histórico da ocupação da terra nas zonas verdes do Vale do Infulene 1980 até a atualidade. Especificamente o estudo visa descrever o percurso histórico das zonas Verdes do Vale do Infulene; identificar as formas de ocupação da terra no Vale do Infulene e por fim descrever os impactos ambientais e socioeconómicos advindos da ocupação da terra no Vale do Infulene. A ocupação da terra nas Zonas Verdes do Vale do Infulene está ligada a um processo histórico, uma vez que a sua criação tem as suas razões com base nas estratégias de desenvolvimento adoptada pelo Estado no âmbito da política de socialização do campo. Antes da ocupação pelos moçambicanos, o Vale já desempenhava uma papel importante na produção e no abastecimento de hortícolas. No pós independência foram adoptadas várias políticas que foram ineficientes, em 1980 implementou-se a política de produção nas zonas verdes, esta política intensificou a ocupação das zonas do Vale do Infulene. Em 1986 as divisões territoriais das cidades moçambicanas foram alteradas para a expansão territorial da área urbana da capital, durante este período veio-se a ocupação da zona alta do Vale para fins imobiliários devido a pressão da urbanização. Atualmente agricultura no vale do Infulene está sob controle das associações agrícolas, após a entrada da economia do mercado o sector agrícola deixou de contar com o apoio do estado. O papel das associações aumentou significativamente durante os últimos anos, alocando aos produtores associados parcelas para exploração familiar, fornecendo sustento para muitas famílias seja para o consumo ou venda. A produção obtida na associação serve para a subsistência e restante da produção para vender. Assim, a associação desempenha um papel importante na vida dos agricultores.

Palavras-chave: Vale do Infulene, Zonas verdes, Agricultura, Ocupação.

Lista De Abreviaturas E Siglas

CRM: Constituição da República

CMM: Conselho Municipal de Maputo

FDD: Fundo de desenvolvimento Distrital

GZV: Gabinete das Zonas Verdes

MINAG: Ministério da Agricultura

PAPAP: Plano de Acção de Produção de Produção Agrária e pesqueira

PRE: Programa de Ajustamento Estrutural

PERPU: Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana

VI: Vale do Infulene

Cronologia

- **1975:** Independência Nacional;
- **1976:** Nacionalização de todos prédios urbanos de rendimentos;
- **1977:** Realização do III Congresso, onde foram produzidos documentos orientadores para o desenvolvimento econômico de Moçambique destacando a socialização do campo;
- **1980:** O presidente da República de Moçambique, Samora Moises Mchel, definiu a política de produção das Zonas Verdes;
- **1984:** Adesão de Moçambique aos órgãos financeiros internacionais BM e FMI;
- **1986:** Introdução da reclassificação Urbana;
- **1997:** Aprovada Lei de Terras em Vigor;
- **1990:** Introdução da Liberalização econômica;
- **1990:** Início da venda de terras na zona alta do Vale do Infule;
- **2000:** Não havia muita ocupação ou construção de residências ao longo do Vale;
- **2008:** Invasão de construções ao longo do Vale;
- **2018:** Forte invasão na construção de infra-estruturas ao longo do Vale.

CAPITULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1.Contextualização

A terra é um recurso fundamental e essencial para a subsistência e prosperidade de todos indivíduos. Entre tanto, antes da colonização as comunidades pré-coloniais baseavam o acesso à terra em práticas tradicionais e consuetudinárias, onde normas culturais estabelecidas orientavam a posse e uso da terra. A colonização marcou início da implementação de políticas formais de gestão de terra, resultando em dois sistemas coexistentes, o consuetudinário baseado em práticas tradicionais, e o convencional, regido por normas legalmente estabelecidas, isto significa que durante o período colonial os direitos das populações eram legalmente reconhecidos pelo governo colonial português. Essa coexistência refletia uma dualidade na gestão de terras. Com a independência do país, o governo moçambicano tentou fazer alterações no sistema de gestão de terras nas práticas costumeiras. A Lei A Lei n.º 679, de 3 de julho, foi uma dessas tentativas de reforma, refletindo esforços para consolidar e modernizar as normas de posse de terras no país após a independência, apesar da promulgação desta lei, as práticas costumeiras persistiram na gestão de terras em Moçambique, evidenciando a limitada eficácia dessa legislação em modificar as normas tradicionais de posse e uso da terra no país.

A independência nacional, marcou uma nova era libertando o país da dominação colonial, abrindo as cidades aos moçambicanos, que foram ocupando as cidades, vai-se registar um período de euforia e animismo, que não durou muito tempo, devido a diversos factores como a guerra civil de dezasseis anos que atingiu com grande intensidade as províncias do Centro e Norte, acompanhado por desastres naturais (calamidades naturais, cheias e secas) na década de 1980. Essa conjuntura de destruição de infraestruturas, paralisação da atividade agrícola e migração para os centros urbanos resultou em um cenário no qual as cidades moçambicanas se destacaram como refúgios mais seguros em comparação com as áreas rurais afetadas pela guerra civil e desastres naturais. No entanto, essa mudança também pode ter influenciado significativamente a dinâmica urbana, a distribuição populacional e as condições socioeconômicas.

O presente estudo pretende, enquanto objectivo geral, analisar o processo histórico da ocupação da terra nas zonas verdes do Vale do Infulene 1980 até a actualidade. Os objectivos específicos são descrever o percurso histórico da zonas Verdes do Vale do Infulene; Identificar as formas de ocupação da terra no Vale do Infulene e descrever os impactos ambientais e socioeconômicos advindos da ocupação da terra no Vale do Infulene.

Durante a pesquisa, percebeu-se que o Vale do Infulene representa a principal cintura verde nos arredores da capital moçambicana. A cintura verde do Vale do Infulene, destaca-se como uma extensa área de agricultura urbana, predominantemente caracterizada por práticas de agricultura familiar voltadas para a subsistência e necessidades familiares. Nesse contexto, muitas famílias dedicam-se ativamente à agricultura urbana como meio de sobrevivência, aproveitando os espaços disponíveis nos quintais para cultivar hortícolas e reduzir a dependência dos mercados, este estudo focou-se na zona baixo do Vale.

A dinâmica da urbanização no Vale do Infulene, motivada por diversos fatores econômicos e não econômicos, resultou em fluxos migratórios de diversas dimensões. Observa-se a presença de indivíduos provenientes de várias províncias, especialmente do sul, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas. Contudo, esse êxodo populacional não foi acompanhado por transformações estruturais significativas que possibilitassem um aumento proporcional na produção e produtividade agrícola para suprir a crescente demanda das áreas urbanas por alimentos.

Agravando esse cenário, as taxas de crescimento populacional, geralmente elevadas, amplificam a pressão sobre os recursos agrícolas. Além disso, o acesso à terra para atividades agrícolas nessa região ocorre por meio de diferentes modalidades, como herança, aluguel, compra de terceiros ou concessão por associações de produtores.

1.1.1. Caracterização e localização e da área da pesquisa

O Vale do Infulene está localizado a 5 km da cidade de Maputo, é um dos bairros do posto administrativo da Machava, localizado no município da Matola, na Província de Maputo, no Sul de Moçambique.

Seus limites geográficos compreendem o bairro de Patrice Lumumba ao norte, o bairro da Machava Sede e o Vale de Infulene a oeste, o bairro Trevo ao Sul e um riacho que continua as águas do Vale ao leste, onde também se encontra o bairro Acordos de Lusaka.

De acordo com Ubisse (2005,p.67) o Vale do Infulene possui uma área de 2.96 km² e está situado entre os paralelos 25° 45'00'', 25° 55'00'' de latitude Sul e entre os meridianos 32° 30'40'', 32° 31'00'' de longitude Este.

Imagem aérea da área de pesquisa



Fonte: Osvaldo Martinho- adaptado Google maps-28.08.2023

1.2. Problemática

De acordo com Araújo (2003), a rapidez e a dimensão do crescimento demográfico dos espaços urbanos na África Subsaariana, que não tem sido acompanhado por um desenvolvimento urbano equivalente, tem alterado profundamente o meio ambiente e toda a estrutura socioeconómica urbana, suburbana, periurbana e mesmo a rural. Esta rapidez dinamizou-se na sequência das independências africanas, estas independências que nos primeiros anos eram políticas porque os estados recém-independentes ainda tinham uma dependência económica dos seus colonizadores e dos seus países vizinhos. A agricultura era a principal política económica que por sua vez o sector agrário era incapaz de oferecer trabalho assalariado resultando num aumento do fluxo da migração campo-cidade (Guevane, 2019). Além do mais, o crescimento das cidades ao expandir suas fronteiras para incluir áreas anteriormente rurais tem impactos significativos. Isso modifica as práticas tradicionais, a cultura, os padrões de ocupação do espaço, construção de habitações e

métodos agrícolas. Essas mudanças provocam conflitos devido às diferenças nos costumes e hábitos entre a vida urbana e rural, especialmente no que diz respeito ao uso da terra (Conjo et.al., 2022). Em 1986 introduziu-se a reclassificação urbana por meio de decreto presidencial que aumentou a divisão administrativa urbana do país, com a integração de novos espaços urbanos periféricos, a lei permitiu retirar espaços rurais e áreas agrícolas que estavam sob a gestão dos distritos em favor dos espaços urbanos. (Maloa, 2019).

O período de conflito armado entre (1977 – 1992) que afetou as províncias do centro como Sofala, Zambézia, Tete e Manica e, além disso as calamidades naturais que criaram condições para uma crise económica em Moçambique entre 1982 – 1992. Esta crise agravou as desigualdades socioeconómicas entre as áreas urbanas e rurais. As cidades moçambicanas tornaram-se num lugar seguro durante a guerra civil e isso levou a um aumento desordenado na ocupação do centro urbano e em áreas de não edificação ou áreas de proteção. Essas áreas, como espaços vagos ou vazios destinados a futuras construções de edifícios públicos, valas de drenagem, encostas marítimas e dunas, foram invadidas pela população em busca de segurança e moradia. Como resultado, houve uma implosão urbana que afetou a infraestrutura das cidades e resultou num crescimento desordenado e pouco planeado. A migração do campo para a cidade em Moçambique trouxe uma nova dinâmica na procura e oferta de terras nos maiores centros urbanos do país. Essa migração resultou numa demanda crescente por moradia e infraestrutura urbana, o que levou a um aumento significativo nos preços das terras urbanas. Além disso, a urbanização acelerada também levou à ocupação desordenada e irregular de terras, muitas vezes sem planeamento ou aprovação governamental adequada.

1.3. Argumento

O estudo do Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes, permite perceber a dimensão política, económica e social da ocupação da terra, onde as formas de ocupação, passaram por várias mudanças desde a ocupação livre durante o período pré-colonial, ao estabelecimento da administração colonial que passou a controlar a terra para os seus fins e o período pós-colonial onde a terra foi nacionalizada e ré-distribuída aos moçambicanos. Desta forma este trabalho argumenta que a ocupação da terra nas zonas verdes é resultado da conjuntura pós-independência e dos problemas estruturais da década de 1980.

1.4. Pergunta de Partida

Que causas estão por detrás das principais mudanças na conjuntura socioeconómica e política que levaram à ocupação das zonas verdes no Vale do Infulene e como essas mudanças influenciaram a configuração estrutural da região ao longo do tempo?

1.5. Objectivos

1.5.1. Objectivo Geral

Analisar o processo histórico da ocupação da terra nas zonas verdes do Vale do Infulene 1980 até a atualidade.

1.5.1.1. Objectivos específicos

- Descrever o percurso histórico das zonas Verdes do Vale do Infulene;
- Identificar as formas de ocupação da terra no Vale do Infulene;
- Descrever os impactos ambientais e socioeconómicos advindos da ocupação da terra no Vale do Infulene.

1.6. Revisão de Literatura

Ao analisarmos as contribuições dos diversos autores sobre a questão da terra em Moçambique, notamos uma convergência em destacar os desafios significativos que envolvem a gestão a gestão, posse e ocupação da terra em Moçambique.

A questão da gestão da terra em Moçambique é complexa e intrinsecamente ligada à dualidade entre direito moderno e direito tradicional. Enquanto a terra representa a fonte essencial de subsistência e carrega significados sagrados estabelecidos na ligação com os ancestrais, a tentativa de conciliar as normas tradicionais de reciprocidade com os princípios legais contemporâneos. A opção pelo equilíbrio entre direito moderno e tradição visa preservar práticas costumeiras transmitidas ao longo das gerações (Madumule, 2017).

A coexistência dessas duas perspectivas levanta questionamentos sobre a eficácia dessa abordagem dual e como ela impacta a segurança, relevância e aceitação dos direitos à terra. Além disso, a questão da gestão da terra não é apenas uma questão legal, mas também está essencialmente ligada às dinâmicas sociais, culturais e económicas. A complexidade emerge na necessidade de considerar não apenas a propriedade legal, mas também as práticas costumeiras que moldam as relações sociais e a distribuição de recursos.

Costa e Santos (2016) apontam uma mudança crucial na dinâmica da terra após a implementação da Constituição multipartidária em Moçambique. A transição para uma economia de mercado resultou em concessões massivas de terras a estrangeiros, gerando impactos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Esta abertura à economia de mercado coloca em evidência uma tensão entre a premissa legal de que a terra é de todos os moçambicanos e as facilidades criadas para investimentos estrangeiros, muitas vezes desfavorecendo comunidades vulneráveis.

A lei de terras de Moçambique preconiza que a terra é patrimônio de todos moçambicanos. Contudo, a ambiguidade emerge quando se observa que o Estado facilita condições para investindo estrangeiro. Este cenário revela uma discrepância entre a retórica legal que defende a propriedade colectiva da terra e as práticas que de facto, perpetuam desigualdades, particularmente entre os camponeses, muitos dos quais não possuem direitos de usob de suas terras, sinalizando uma lacuna entre os princípios legais enunciados e a efectiva distribuição equitativa dos recursos territoriais.

Contudo Conjo et al. (2022) expandem a discussão ao observar o rápido crescimento das cidades africanas, incluindo Moçambique, devido à migração rural-urbana. O ordenamento territorial é enfatizado como uma resposta necessária para lidar com o crescimento urbano desordenado, indicando problemas como ocupação desordenada do solo e impactos socioambientais.

A implementação dos instrumentos de ordenamento territorial em Moçambique buscam corrigir discrepâncias na ocupação do solo, prevenindo assim impactos sócio-ambientais decorrentes da expansão das áreas peri-urbanas em 1986. Contudo, persistem desafios quanto à efectiva adesão à legislação, suscitando reflexões sobre a necessidade de estratégias mais robustas para garantir a conformidade das práticas de ocupação do solo com as diretrizes legais.

Explorando as tipologias dos conflitos sobre a ocupação da terra, Uacitissa Madumule (2016) aprofunda a análise, identificando diversas causas, desde o crescimento demográfico até a deficiência na implementação da legislação de terras. Os conflitos emergem especialmente nas áreas rurais, onde mega projetos muitas vezes deslocam comunidades, retirando-lhes fonte de renda. Para a autora, os diversos interesses políticos, económicos, sociais e culturais relacionados à terra podem desencadear conflitos entre diferentes utilizadores. A fraca capacidade institucional na aplicação da Lei de Terras, especialmente quando confrontada com interesses económicos, e as alianças clientelistas entre elites e investidores, são apontadas como causas principais de conflitos.

A difícil situação das famílias reassentadas, juntamente com compensações muitas vezes aquém do valor real das propriedades, contribuem para a tensão. As áreas em disputa incluem machambas familiares, terras abandonadas por antigas empresas estatais e atualmente concedidas a investidores privados. Entretanto Bernardino Bernardo (2019) lança luz sobre a influência da dinâmica urbana, focando nas áreas inundáveis do bairro de Magoanine-A. A urbanização espontânea, sem planificação adequada, tem contribuído para a vulnerabilidade a inundações, destacando a necessidade de uma abordagem mais estruturada no crescimento urbano. Portanto, a urbanização ocorre de maneira desorganizada, sem permissões ou planejamento adequado, resultando em alterações na ocupação das áreas. Essa abordagem assemelha-se à perspectiva de Conjo et al. (2022), que destaca que o crescimento urbano desordenado e a ocupação irregular do espaço provocam impactos sócio-ambientais. Essa comparação ressalta a convergência de ideias entre ambas as análises, evidenciando os efeitos negativos decorrentes da falta de uso dos polos de ordenamento territorial no uso e ocupação da Terra.

Albino Eusébio (2019) revela a complexidade dos direitos territoriais, destacando a expropriação ocorrida no período colonial e os desafios atuais no acesso à terra no pós-independência, especialmente influenciado pelo investimento estrangeiro. Assim como a abordagem de Madumule (2016), Costa e Santos (2016) convergem ao discutir a persistência do fenômeno de expropriação de terras, originado no período colonial. Durante essa época, os africanos foram removidos de suas terras para abrir espaço para plantações destinadas a abastecer as metrópoles colonizadoras. Este padrão continuou mesmo após as independências africanas, manifestando-se nos mega projetos que, infelizmente, muitas vezes não trazem benefícios significativos para as comunidades locais.

Assim como a análise histórica de Jorge Mucachona (sd) complementa essa perspectiva, delimitando os períodos pré-colonial, colonial e pós-independência. Ele destaca a transição do acesso livre à terra no período pré-colonial para um sistema dual de posse durante a colonização. As tentativas de modificar esse sistema dual no pós-independência, considerando o sistema consuetudinário tradicional de mais para as necessidades modernas. A coexistência dos sistemas consuetudinário e convencional na gestão da terra em Moçambique cria disparidades dentro da sociedade. Essas disparidades desencadeiam conflitos relacionados ao acesso, uso e aproveitamento da terra, uma tendência que se observa em constante crescimento no país. Esse

aumento pode ser atribuído tanto à reclassificação de áreas urbanas quanto à falta de preparo da população rural para os processos de urbanização, especialmente considerando o contínuo crescimento demográfico moçambicano. Essa dinâmica contraditória entre os dois sistemas de acesso à terra destaca a necessidade de abordagens mais integradas e equitativas para a gestão territorial.

Bruno Campos e Cláudia Delboni (2020) trazem uma abordagem mais específica, enfocando as singularidades do espaço urbano e rural em Moçambique. A coexistência de práticas agrícolas tradicionais nas áreas urbanas, conforme destacado por esses autores, acrescenta uma camada de complexidade única à ocupação da terra na região de Maputo. Essa complexidade na ocupação territorial levanta questões sobre como as práticas agrícolas tradicionais podem coexistir de maneira harmoniosa com o desenvolvimento urbano. A relevância da participação das mulheres na produção agrícola urbana sublinha a necessidade de estratégias inclusivas, promovendo tanto a sustentabilidade urbana quanto a preservação das práticas tradicionais.

1.7. Metodologia

Para a realização dessa pesquisa, apoiamos-nos muito em Silva e Meneses (2001) no que concerne à revisão bibliográfica de alguns livros, artigos, revistas, dissertações e teses que focam-se sobre ocupação de terras, bem como das questões de uso e aproveitamento da terra. Buscamos investigar o processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes, com destaque para o caso do Vale do Infulene desde 1980 até a atualidade. O presente estudo optou por uma abordagem qualitativa. A coleta dos dados foi realizada nas machambas do Vale do Infulene, localizadas no Posto administrativo da Machava. Quanto ao tipo de coleta de dados, foi baseada na observação direta, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas. Durante as observações, foi necessário procurar compreender a trajetória de vida de cada entrevistado, entendendo como adquiriram conhecimentos e acesso ao espaço. Nas conversas informais, percebemos que alguns participantes vieram de outras províncias para Maputo em busca de melhores condições de vida, enquanto outros já trabalhavam nas machambas de suas províncias de origem. Para tornar o trabalho exequível, foi essencial a coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas. Esta abordagem permitiu-nos capturar as experiências dos participantes antes de iniciar a atividade agrária e como suas vidas foram transformadas após praticarem a mesma. Dessa forma, pudemos estabelecer conexões

significativas entre as histórias individuais dos entrevistados e o processo mais amplo de ocupação de terras no Vale do Infulene.

1.8. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados os elementos introdutórios, incluindo a contextualização do tema, a delimitação geográfica da área de estudo, a problemática, o argumento central, a pergunta de partida, o objectivo geral, os objectivos específicos, a revisão de literatura e a metodologia adotada para a condução do trabalho.

No segundo capítulo, é detalhado o percurso histórico da ocupação da terra no Vale do Infulene, abrangendo diferentes períodos temporais, desde a era colonial até pós-independência. Este capítulo examina as transformações ocorridas ao longo do tempo e analisa as influências históricas que moldaram a configuração atual da região. No terceiro capítulo são exploradas as diversas formas de ocupação da terra no Vale do Infulene, abarcando os períodos colonial, pós-independência e a atualidade, com especial atenção para evolução do associativismo na ocupação do espaço. O quarto capítulo são discutidos os impactos resultantes da ocupação da terra no vale do Infulene. Esta Discussão analisamos os impactos ambientais da agricultura sobre o meio ambiente. Além disso, seção analisa os efeitos ambientais gerados pela actividade agrícola na região, além disso são avaliados os impactos socioeconômicos.

CAPÍTULO II

2. O PERCURSO HISTÓRICO DAS ZONAS VERDES

2.1. Evolução da ocupação durante o período colonial

A ocupação de Maputo pelos colonos portugueses começou no final do século XIX, e a região sul tornou-se um ponto central da administração colonial. Além disso, essa área serviu como uma reserva de trabalhadores para atender às necessidades da atividade de mineração na África do Sul (Viana, 2019).

De acordo com Sousa (2014,p.90) apud VIANA, 2019, p.19),

O crescimento populacional da cidade decorreu dessa situação política, pela migração interna para satisfazer aquela procura de oferta de trabalho, mas também devido ao aumento da população colona e não natural. O que, por seu turno, gerou um crescimento das necessidades alimentares de produtos não produzidos tradicionalmente pelos agricultores e agricultores nativos. Assim toma lugar, a produção no vale do Infulene, na zona periurbana, para satisfazer a essa procura de alimentos para consumo na cidade.

Nesse sentido, supõe-se que a ocupação do Vale pelos colonos tenha começado nos anos 1950-60. Para FEIJÓ e AGY (2015, p.279), “ A Zona Verde desempenha um papel importante na produção e no abastecimento de hortícolas às cidades de Maputo e Matola. Na década de 1960, o vale do Infulene constituía já um importante local de produção agro-pecuária.”

Com a ocupação do Vale pelos colonos por volta dos anos 1950-60, ocorreu uma transformação na utilização das zonas verdes. Antes deste período, o vale do Infulene era pouco utilizado pela população. Pouco interesse era dado ao cultivo da zona baixa do vale devido à regularidade das chuvas, o que garantia boas colheitas na zona alta. Somente algumas pessoas se dedicavam ao plantio de batata doce e algumas hortaliças na zona baixa. Portanto, a ocupação da zona baixa do vale do Infulene pelos colonos naquela época ocorreu dentro desse contexto. Os colonos direcionaram suas atividades agrícolas para o cultivo de hortaliças e a criação de animais de pequeno porte, visando atender à demanda por esses produtos na cidade, caracterizando assim uma forma de agricultura urbana. A ocupação da parte baixa do vale pelos colonos não resultou em mudanças substanciais em termos de tecnologia; alguns colonos conseguiram instalar pequenas bombas motorizadas para extrair água do Vale de Mulauza e irrigar as hortaliças. Os portugueses introduziram novas variedades de couve troxada de Portugal e alface da Nova Zelândia na prática agrícola urbana do Vale do Infulene (Siteo, 2008).

Contudo antes da independência, a área estava ocupada por pequenos e médios proprietários agrícolas colonos, para além de numerosos camponeses familiares distribuídos em pequenas parcelas de terreno, desenvolvendo actividades agro-pecuárias que permitiam o abastecimento da cidade em hortícolas, frutas e pequenas espécies animais.

2.2. Transformações após a Independência

No entanto, com a chegada da independência de Moçambique em 1975, houve uma significativa transformação do país, assim sendo, mais de 100.000 portugueses abandonaram o país, perdendo trabalhadores qualificados e profissionais negros.

De acordo com Cruz et.al. (2019, p.6)

Isto criou uma extrema escassez de mão-de-obra na administração pública e nos sectores secundário e terciário, além de ter um efeito devastador na agricultura, que dependia dos colonos para o fornecimento de insumos e a comercialização da produção, incluindo a concessão de crédito, muitas vezes em espécie. Consequentemente, os padrões de vida

e de educação/gestão foram desanimadores no início do país recentemente independente.

A saída dos portugueses de Moçambique deixou um rastro de destruição econômica e instabilidade no país recém-independente. Atos de sabotagem, pilhagem e venda ilegal de mercadorias tornaram-se práticas generalizadas. Além disso, veículos foram retirados do país, contas bancárias foram esvaziadas e indústrias foram abandonadas. Essa série de eventos deixou Moçambique em um estado lastimável, imerso em uma profunda crise econômica, conforme observado por Muchaona e Romão (2019).

Diante desta situação, o governo de Moçambique optou por implementar processos de nacionalização, abrangendo áreas como educação, saúde, terras, empresas funerárias e serviços de advocacia, o que resultou na restrição da atuação privada nestes sectores. Em 1976, também ocorreu a decisão de estatizar imóveis de geração de renda, acompanhada da proibição da locação residencial por entidades privadas (Maloa, 2016).

Após a implementação das medidas de nacionalização em Moçambique, o país passou por uma transformação significativa em sua estrutura socio-econômica. A intervenção estatal teve como objetivo consolidar o controle sobre setores cruciais da sociedade, incluindo educação, saúde e serviços essenciais, visando promover o bem-estar coletivo e reduzir as disparidades sociais. No entanto, o impacto dessas políticas foi complexo e multifacetado.

Com a nacionalização, o controle privado sobre áreas fundamentais foi substituído pela gestão estatal. Embora a intenção fosse fomentar a equidade social, a transição nem sempre foi fluída. Setores nacionalizados, como educação e saúde, enfrentaram desafios operacionais, resultando em dificuldades na prestação de serviços de qualidade. A restrição da locação residencial por entidades privadas também modificou o cenário habitacional, afetando a disponibilidade e a qualidade das moradias para a população. Além das nacionalizações, a implementação de políticas de socialização nas áreas rurais, como a formação de aldeias comunais e cooperativas de produção, representou uma tentativa de remodelar a estrutura da produção rural. Inspiradas por modelos de países como a Argélia e a Tanzânia, essas iniciativas buscavam estimular a produção agrícola e transformar áreas rurais em espaços urbanizados (Maloa, 2016). As cooperativas de produção nas aldeias comunais desempenharam um papel central nesse processo, promovendo a produção coletiva e oferecendo suporte técnico e financeiro aos agricultores. Entretanto, a implementação desses modelos socialistas não ocorreu sem desafios. As cooperativas frequentemente enfrentaram

dificuldades de gestão, escassez de recursos e burocracia, afetando a eficácia dessas iniciativas. Apesar das nobres intenções por trás das nacionalizações e das políticas de socialização, a realidade foi marcada por uma série de obstáculos na execução e na sustentabilidade desses programas. No contexto social, as mudanças econômicas e políticas tiveram um impacto profundo na sociedade moçambicana. A redistribuição de recursos e a reorganização dos setores-chave levaram a uma reconfiguração das dinâmicas sociais e econômicas. O acesso à educação e aos serviços de saúde foi expandido, mas frequentemente comprometido pelas dificuldades operacionais enfrentadas pelos setores nacionalizados.

Durante os primeiros sete ou oito anos após a independência, o estado negligenciou completamente o sector agrícola familiar, acreditando que ele acabaria sendo completamente absorvido pelo sistema cooperativo e estatal (Muchacona e Romão, 2018 apud Newitt 1995). No entanto, essa negligência por parte do estado teve impactos significativos, influenciando negativamente o desenvolvimento e o suporte direcionado aos agricultores familiares durante esse período crucial de transição política e econômica.

A cooperativa de camponeses da Zona Verde do Vale do Infulene, após a independência os terrenos foram divididos em lotes de 25 por 25 metros ao longo do Vale do Infulene, levando a criação de diversas cooperativas de produção (Feijó & Agy, 2015). Para fazer face ao desemprego massivo e falta de produtos alimentares o governo organiza cooperativas agrícolas nas zonas verdes do Vale do Infulene, vale das Mahotas e arredores da cidade de Maputo e Matola. Os produtores eram maioritariamente do sexo feminino, com baixos rendimentos, de origem rural ligados a uma agricultura de subsistência.

A década de 1980 é caracterizado por um conjunto de factores inter-relacionados, a guerra de civil, crise económica, uma grande seca que atingiu a África Austral. As condições para produção de alimentos pioravam, a guerra civil criou um cenário de insegurança, destruição dos campos, de infra-estruturas e produção nas zonas rurais do país contribuindo para migração do campo para os centros urbanos e as respectivas periferias (Siteo, 2008). As cidades tornaram-se espaços seguros para as populações que se deslocavam das zonas rurais e os principais centros urbanos do país registaram um crescimento populacional, de pessoas à procura de emprego, terra e segurança tal como nas cidades de Maputo e Matola apresentaram um intensivo crescimento populacional (Feijó e agy 2015).

Em 1980 o Presidente Samora Machel implementou a política de produção nas zonas verdes, uma estratégia que foi implementada pelo gabinete das zonas verdes em 1982. Com a função de dar assistência técnica as associações, divulgação e organização do sector agrícola nas zonas Verdes de Maputo (Malauene, 2002).

Em suma, esse cenário intensificou a ocupação das zonas do Vale do Infulene e contou com o incentivo do Estado que tentava impulsionar a produção agrícola, verificando se um aumento no número de pessoas que vieram das zonas rurais, que a agricultura era a sua principal atividade, vieram a procura de espaço para prática da agricultura. As famílias rurais instalaram-se nas zonas urbanas e suburbanas, começando a surgir novos bairros peri-urbanos e em 1986 segundo Viana (2019 apud, ARAÚJO, 2016; SOUSA, 2016), as divisões territoriais das cidades moçambicanas foram alteradas, incluindo a cidade de Maputo, sendo anexadas áreas rurais contíguas ao perímetro urbano, como uma política que visava dar fim a entraves entre as áreas agrícolas e os mercados da cidade e a criação de novos espaços para a expansão territorial da área urbana da capital moçambicana. Durante os anos de 1986 a 1990, as terras que, no período colonial, eram destinadas à produção de cereais e leguminosas na parte alta do Vale do Infulene, foram gradualmente comercializadas pelos habitantes mais antigos da região, não com o propósito da atividade agrícola, mas sim para fins de construção habitacional (Siteo, 2008).

A pressão imobiliária e posterior construção em solos de grande aptidão agrícola, foi devido a alterações nas políticas intervencionistas do Estado na economia e a implementação da liberalização, livre circulação das mercadorias e o PRE (Programa de Ajustamento Estrutural) visava reformar a economia moçambicana incentivou o investimento estrangeiro e participação do sector privado na economia, onde as famílias tiveram dificuldades financeiras devido aos cortes da intervenção do estado no sector agrícola através do incentivo financeiro, insumos agrícolas, treinamento pelo gabinete das zonas verdes as associações de agricultores. Nesta altura o gabinete das zonas verdes tinha um papel de mediador de conflitos de títulos de propriedade de terra, pois neste período muitas pessoas apareciam com títulos de propriedade de terras. O comércio de terras viu um aumento notável durante a década de 2000, resultando na venda de toda a zona alta do Vale. Os terrenos agrícolas foram divididos em pequenas parcelas para habitação, os terrenos são férteis aproveitam os espaços nos seus quintais para produzir algumas hortícolas (Malauene, 2002; Siteo, 2008; Viana, 2019).

Isto reflecte uma transformação na paisagem de áreas com grande aptidão agrícola que se converteram em áreas residenciais devido a pressão da urbanização e o valor econômico dos terrenos. A pressão da urbanização e o valor econômico dos terrenos são fatores importantes, mas não necessariamente os únicos responsáveis pela transformação na paisagem urbana das zonas verdes do Vale do Infulene (VI). Outros fatores, como políticas governamentais, desenvolvimento econômico, demanda por habitação e infraestrutura, também desempenharam um papel significativo nesse processo de transformação urbana. Portanto, vários fatores contribuíram para essa mudança no Vale do Infulene.

No contexto actual, a prática da actividade agrícola no vale do Infulene está sob controle das associações agrícolas, que representam a forma dominante de organizações coletivas de produtores na região e o papel das associações aumentou significativamente durante os últimos anos da seguinte maneira, alocando aos produtores associados parcelas para exploração familiar, fornecendo sustento para muitas famílias seja para o consumo ou venda. A introdução de políticas que promovem a abertura da economia e reduzem a intervenção do Estado, sobretudo na área da agricultura, resultou em danos para a produção local.

Estas políticas resultaram na ausência de estratégias que promovessem o crescimento da agricultura urbana e da cintura verde da cidade de Maputo onde se localiza o Vale do Infulene. Na década de 80, o governo estabeleceu o Gabinete das Zonas Verdes com o objetivo de fomentar a agricultura urbana. No entanto, a partir de 2005, esse órgão foi transferido da alçada do Ministério da Agricultura para a gestão do Concelho Municipal da Cidade de Maputo (CCM). Essa mudança deu origem a uma reconfiguração das suas atribuições, que passaram a incluir tarefas como a gestão da coleta de resíduos, a organização e revitalização de mercados, perdendo assim a sua função primordial de promoção da agricultura urbana (Sitoe, 2008).

A transferência do Gabinete das Zonas Verdes do Ministério da Agricultura (MINAG) para o conselho Municipal da Cidade, com a consequente alteração de suas responsabilidades, teve um impacto notável no Vale do Infulene e na agricultura urbana na baixa produtividade agrícola. Anteriormente, o órgão estava mais voltado para a promoção da agricultura urbana, o que poderia ter estimulado a produção de alimentos no Vale do Infulene e áreas circundantes. Com a sua nova função de gerenciar tarefas como a remoção de lixo e a reabilitação de mercados, a ênfase em atividades agrícolas foi perdida. Isso potencialmente limitou a produção, a mecanização da agricultura urbana no vale, deixando um desafio significativo para explorar o seu potencial

agrícola de forma mais abrangente e sustentável no contexto urbano de Maputo. Portanto, a necessidade de rever e adaptar políticas que incentivem a agricultura e atividades econômicas em Moçambique e no Vale do Infulene.

De acordo com CMM (2016) apud VIANA, 2019, p.19),

com vistas ao aumento da produtividade do cinturão verde de Maputo, o Governo da cidade de Maputo, por meio do Plano de Acção de Produção de Produção Agrária e pesca (PAPAP), apresentou propostas de investimento em melhorias técnicas, como aplicação dos sistemas de rega, a partir da utilização de recursos provenientes do Fundo de desenvolvimento Distrital (FDD) e Programa Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU). Dados do Conselho Municipal de Maputo indicam que, em 2015, de geração de rendimentos que receberam financiamento do fundo do PERPU, que representam 21 projectos de um total de 457, foram direccionados para iniciativas relacionadas ao sector agrícola.

As estratégias de investimento adotadas pelo governo de Maputo refletem uma iniciativa direccionada para aumentar a produtividade na região do cinturão verde da cidade. Apesar de apenas uma parcela limitada dos projetos financiados pelo PERPU em 2015 estar associada à agricultura, esses investimentos técnicos, incluindo a implementação de sistemas de irrigação, foram implementados. No entanto, Mosca (2017) argumenta que essa abordagem não foi acompanhada por um processo eficaz de industrialização capaz de absorver o crescimento demográfico. Como resultado, uma economia informal floresceu tanto nas áreas urbanas quanto rurais. No Vale do Infulene, observa-se a predominância de pequenas unidades produtivas, muitas delas organizadas em associações ou cooperativas de produtores. Nesse contexto, as mulheres desempenham um papel preponderante na produção agrícola, assumindo a responsabilidade majoritária por essas atividades.

CAPÍTULO III

3. FORMAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO VALE DO INFULENE

3.1. Acesso e posse da terra no período colonial

Os sistemas de posse de terra surgem em África, incluindo Moçambique durante o período pós-conferência de Berlim. Nesse período, as potências coloniais europeias dividiram o continente africano entre si, estabelecendo novas fronteiras e sistemas de administração. Isso teve um impacto profundo na forma como a terra era vista e controlada. Dois sistemas de Posse de terra distintos emergiram nesse período, o sistema consuetudinário e o sistema convencional.

“Durante o período colonial os direitos das populações eram legalmente reconhecidos pelo governo colonial português, mas de uma forma mais ou menos controlada, refletindo os interesses prevalentes da época” (Vicente, 2014, p.293), isso sugere que os direitos das comunidades locais não eram totalmente garantidos e estavam sujeitos a restrições na medida em que eram excluídos das melhores áreas de cultivo privando de seus meios de subsistência tornando as comunidades locais dependentes dos colonos para emprego e recursos para sua subsistência, o que as colocava em posição vulnerável. A dualidade dos sistemas de posse de terra introduzidos durante período colonial reflete a complexa ligação das relações entre as comunidades locais e o governo colonial português. Nesse contexto, os interesses predominantes da época frequentemente impunham limitações aos direitos das populações locais, criando uma complexa interação entre a legalidade formal e a prática cotidiana. Essa discrepância entre a legislação estabelecida e a realidade vivenciada pelas comunidades locais ilustra a natureza multifacetada das políticas coloniais, onde a teoria muitas vezes divergia significativamente da implementação efetiva. Esse fenômeno sublinha a complexidade das interações entre os colonizadores e as comunidades indígenas, evidenciando as nuances das relações de poder e controle durante o período colonial. Neste processo de colonização Siteo (2008,p.12) descreve que os portugueses "forçaram os moçambicanos a trabalharem nas plantações de açúcar, arroz, algodão, chá e coqueiros", indicando uma imposição de trabalho nas plantações. Isso sugere que a exploração colonial era baseada em coerção e não era uma escolha voluntária das pessoas. Por outro lado, Vicente (p.4) afirma que "ocorre a dispersão das famílias rurais" devido à atração pela oportunidade de emprego nas grandes empresas agrícolas em troca de salário. Aqui, a ênfase está na decisão das famílias rurais de buscar emprego nas plantações para a sobrevivência e reprodução da família rural, indicando uma escolha motivada pela necessidade econômica. Ao confrontar essas situações, podemos ver que as experiências das pessoas sob o domínio colonial eram complexas. Enquanto algumas podem ter sido forçadas a trabalhar nas plantações, outras podem ter optado por fazê-lo devido à busca por sustento. Isso destaca a dualidade da exploração colonial, que envolvia tanto coerção quanto atração econômica, dependendo das circunstâncias individuais e locais. “Essas famílias foram obrigadas a instalar as suas residências e os seus campos de cultivo familiares no espaço circundante das grandes unidades agrícolas, no entanto, segundo uma organização territorial dispersa e irregular” (Muchacona,p.4). Quando os colonos retiraram as terras das comunidades locais em Moçambique para estabelecer uma burguesia colonial, isso impactou diretamente a

principal fonte de sustento e subsistência das comunidades rurais, que é a agricultura. Com a perda de terras férteis, as comunidades locais enfrentaram dificuldades para cultivar e manter seus meios de subsistência tradicionais baseados na agricultura. A agropecuária também foi afetada, já que a disponibilidade de terras férteis é essencial para a criação de gado e outras atividades relacionadas à agropecuária. Portanto, a exploração das terras pelas comunidades rurais pelos colonos teve um impacto direto na dependência contínua dessas comunidades em relação à agricultura e agropecuária para sobrevivência.

3.2. Acesso e posse da terra no período pós-colonial

No período pós-colonial em Moçambique, a questão do acesso e posse da terra passou por significativas transformações e desafios. Herdando um sistema de posse de terra dual do período colonial, o governo, após a independência, buscou alterações, considerando o sistema consuetudinário tradicional excessivamente enraizado. Este período foi marcado por uma tentativa de transição para um sistema mais alinhado aos princípios socialistas, como afirmado por Lopes (2020, p.57), que observa que as estruturas consuetudinárias eram percebidas como um fator potencializador de divisões internas, perpetuadas pelo projeto colonial.

No entanto, as novas elites governamentais, conforme argumentado por Alfredo (2009, p.42), não mostravam inclinação para essas formas de posse, uma vez que representavam uma base de poder significativa das autoridades tradicionais que buscavam substituir. Havia, ainda, o anseio por estabelecer um único sistema de posse de terra, eliminando a dualidade introduzida durante o período colonial.

A nacionalização da terra no pós-independência, embora tenha sido vista como uma base para a transformação social, não resultou em uma redistribuição justa. As propriedades agrícolas privadas foram convertidas em Machambas estatais, mantendo as famílias rurais trabalhando nas terras em que estavam. Essa abordagem, em certo sentido, reflete uma continuidade das práticas administrativas coloniais, uma vez que as estruturas consuetudinárias foram afastadas em prol do projeto socialista de coletivização e cooperativização.

O projeto socialista, visando promover o trabalho coletivo e o ideal de igualdade, trouxe consigo implicações nos hábitos culturais, sistemas produtivos e técnicas de produção, como destacado por Lopes (2020, p.60). O setor familiar, designado para aqueles que não se adequavam aos requisitos

da política de partilha de terras, viu seus direitos determinados por princípios socialistas, onde a posse estava intrinsecamente ligada ao trabalho realizado sobre a terra.

Nos anos subsequentes à independência, o Estado moçambicano se distanciou do sistema consuetudinário de distribuição de direitos sobre as terras das comunidades tradicionais. Em meados da década de 1980, houve uma forte adoção das teorias da coletivização da terra, alinhadas aos princípios socialistas, proibindo a venda de terras e estabelecendo a propriedade estatal como parte da legislação vigente (Vicente, 2014). A constituição de 1990 e a atual, de 2004, reforçam a propriedade estatal da terra, destacando seu caráter coletivo e a proibição de sua venda, hipoteca ou penhora.

A Lei de Terras de 1997, efetivada em janeiro de 1998, estabeleceu diversas formas de acesso à terra, reconhecendo ocupações em conformidade com normas e tradições locais, ocupações de boa fé e obtenção de autorização estatal para uso e aproveitamento da terra. Essa legislação busca promover o desenvolvimento econômico, a justiça social e a sustentabilidade ambiental através do uso apropriado da terra. Em síntese, o período pós-colonial em Moçambique reflete uma complexa evolução na questão do acesso e posse da terra, influenciada por variáveis políticas, sociais e econômicas.

3.3. Dinâmicas atuais de Ocupação da terra no Vale do Infulene

A ocupação da terra no Vale do Infulene pode ocorrer de várias maneiras, um agricultor pode ter obtido uma parcela da terra por meio de aquisição por herança, outra por meio de compra, e possivelmente outra por meio de ocupação livre. Malauene (2002) argumenta que muitos produtores urbanos adquiriram direitos à terra através da ocupação de terras e propriedades que foram abandonadas pelos colonos após a independência. Além disso, a distribuição de terrenos nas áreas úmidas, que anteriormente eram cultivadas por produtores dispersos do setor familiar, foi realizada pelo GZV. Outra forma de acesso à terra ocorreu durante as atividades de limpeza e beneficiação no Vale do Infulene (Malauene, 2002). No entanto, existem diversas maneiras pelas quais as pessoas adquirem terras. Alguns obtêm terras por herança de seus pais, que deixaram a agricultura devido a fatores como cansaço optando em regressar para suas terras de origem, doença, velhice, desinteresse ou falecimento para dar continuidade das actividades agrárias. Outros conseguem terras por meio do casamento, onde as mulheres podem trabalhar nas terras de seus maridos mineiros para diversificar a renda ou contribuir na renda familiar, mesmo que tenham

empregos assalariados em tempo integral, ajudando nos fins de semana ou durante as férias. Algumas pessoas recebem terras emprestadas de familiares, enquanto outras alugam ou recebem uma parcela de terras de produtores que fazem parte de associações, muitas vezes sem o conhecimento prévio da associação. Às vezes, a associação aceita novos membros como se fossem parentes de antigos membros, ou as terras são adquiridas por meio de amigos que já residem na cidade de Maputo, muitas vezes por meio de acordos de aluguel (Malauene, 2002; Feijó e Agy, 2015; Jordão). Um dos exemplos sobre como a terra foi ocupada no Vale do Infulene foi partilhado por Francisco que contou o seguinte, *“A anos atrás eu era funcionário de uma empresa privada, trabalhava para sustentar a minha família, mas depois de um tempo preferi deixar porque o salário não ajudava muito, depois comecei a arrendar uma machamba perto de casa, durante alguns anos, depois consegui comprar a minha própria machamba, atualmente possuo 18 canteiros onde planto couve, alface, tomante e piri-piri, tenho 5 trabalhadores e sinto me realizado e não gostaria de voltar a trabalhar para um patrão”*

(Francisco, 28 anos, camponês residente no bairro de Jardim , entrevista semi-estruturada, 02.11.2023).

Francisco conta a sua trajetória de vida antes de ocupar um espaço no Vale do Infulene.

“Eu vivo no bairro do jardim e trabalho com a minha mãe na machamba, depois de terminar o ensino secundário geral, comecei a trabalhar na machamba de casa, do que tiramos da machamba vendemos, com o dinheiro que ganhamos eu conseguia pagar algumas despesas de outro dinheiro servie para comprar as minhas coisas, trabalho na macamba familiar aqui no vale do Infulene a 10 anos ” (Aroneta Mazive, 25 anos, Agricultora, residente no bairro do Jardim, entrevista semi-estruturada, 01.11.2023).

A entrevista da Aroneta permite compreender que ela passou a ser agricultor quando terminou o ensino secundário geral, como uma alternativa a falta de emprego e continuidade de uma actividade que já vinha exercendo ao longo do tempo com a sua família, pois na realização da entrevista procurei falar com a mãe e a mesma não se sentia confortável em falar e indicou a sua filha não se sentia confortável por causa da língua e Aroneta foi a filha que mostrou-se disponível, elas trabalham três na mesma machamba, neste caso ocupação do espaço é familiar.

Numa abordagem, o entrevistado não deixou o seu nome, no seu discurso descreveu o seguinte,

“Eu trabalho na machamba da associação, comecei a trabalhar aqui há mais de 15 anos, produzo hortícolas ao longo dos anos adquiri experiência e conhecimento que compartilho com outros membros da associação, estou comprometido em contribuir para uma boa produção seguindo as orientações da associação, este espaço pertence à associação esta foi a via pela qual consegui ter um espaço para produzir aqui na machamba”. (Anónimo 46 anos, agricultor, residente no bairro de Jardim, entrevista semi-estruturada, 05.11. 2023).

A partir desta entrevista é possível compreender a importância vital da machamba da associação na comunidade local. Esta área de cultivo não apenas fornece alimentos frescos e saudáveis para os moradores, mas também cria empregos e oportunidades de aprendizagem. O entrevistado, como membro ativo da associação, desempenha um papel crucial na produção de hortícolas e compartilha conhecimentos com outros membros. Além disso, a machamba serve como um centro de desenvolvimento económico e social, além disso o entrevistado demonstra um comprometimento sólido com o futuro da machamba, expressando sua dedicação em contribuir para o crescimento contínuo da comunidade por meio da agricultura.

Com base nos dados apresentados, é evidente que os participantes do estudo no Vale do Infulene adotam estratégias multifacetadas para assegurar sua reprodução social. Além de estarem envolvidos na agricultura, esses indivíduos diversificam suas atividades. Esta pluralidade de ocupações não os afasta das machambas, pois reconhecem que essas áreas cultiváveis representam sua principal fonte de renda para sustentar suas famílias. É relevante observar que os agricultores do Vale do Infulene utilizam esses espaços por meio de diferentes modalidades, como compra, aluguel, terras familiares ou associações de produtores, que cedem terras aos agricultores que não possuem propriedade própria. Esse cenário complexo destaca a importância vital das machambas como núcleos fundamentais de subsistência e resiliência económica para essas comunidades, que empregam estratégias variadas para garantir sua segurança alimentar e bem-estar económico.

No entanto, essas são as várias maneiras pelas quais os agricultores ocuparam a terra nas zonas verdes, uma vez que apenas um pequeno número de agricultores não possui terra própria e recorre a cultivar uma machamba emprestada ou que lhe foi oferecida, onde percebe-se que a complexidade da aquisição de terras pelos agricultores moçambicanos revela a riqueza das estratégias empregadas para garantir o acesso a um recurso fundamental. Essas abordagens variadas demonstram a resiliência e a adaptabilidade das comunidades rurais diante de desafios

econômicos e sociais. Além disso, evidenciam a importância da continuidade da agricultura como meio de subsistência e, em muitos casos, como fonte adicional de renda por meio do envolvimento das mulheres nas atividades agrícolas. No entanto, a informalidade em certos métodos de aquisição de terras ressalta a necessidade de regulamentações eficazes que protejam os direitos dos agricultores e garantam a gestão sustentável da terra. Esse contexto sublinha a importância de uma abordagem equilibrada para o acesso à terra, reconhecendo as diversas realidades e estratégias que os agricultores utilizam para garantir seu sustento e contribuir para o desenvolvimento de milhares de pessoas.

3.4. Papel das associações de produtores na ocupação da terra

O aumento dos problemas sociais, incluindo o desemprego, a falta de habitação e a fome, juntamente com o agravamento das desigualdades sociais, está levando muitas pessoas a buscar várias formas de sobrevivência. O associativismo agrícola é destacado como uma dessas alternativas, considerado essencial para garantir direitos sociais fundamentais e de grande importância na sociedade moderna (Nathapan e Bata, 2020). As associações agrícolas em Moçambique surgiram como uma reação às transformações políticas, econômicas e sociais enfrentadas pelo país. Essas mudanças resultaram em uma reestruturação do papel desempenhado pelo Estado na promoção do bem-estar social e econômico das comunidades, levando as próprias comunidades a buscarem alternativas para atender às suas necessidades socioeconômicas.

Com a aprovação da lei que regulamenta o direito à livre associação, as comunidades encontraram uma maneira de abordar seus desafios ao se unirem em associações agrícolas. Isso foi feito com o objetivo de combater a pobreza em Moçambique e promover o crescimento econômico (Libombo et al., 2017). Embora a aprovação da lei que permite a livre associação seja um passo importante na direção certa para combater a pobreza e promover o desenvolvimento em Moçambique, é importante reconhecer que, por si só, as associações agrícolas podem enfrentar desafios significativos. Muitas vezes, essas associações dependem de financiamentos externos para operar eficazmente, o que pode comprometer a autonomia do movimento associativo em Moçambique. A dependência de financiamento externo pode tornar as associações vulneráveis a agendas estrangeiras e interferências externas. Isso pode minar seus objetivos originais de empoderamento local e desenvolvimento comunitário. Além disso, a sustentabilidade a longo prazo das associações pode ser prejudicada se o financiamento externo não for consistente.

As associações agrícolas em âmbito local, apesar de terem sido estabelecidas com o intuito de solucionar os problemas dos seus membros e das comunidades, deparam-se com desafios consideráveis em seu funcionamento. Estes desafios têm origem em diversos fatores, abrangendo desde a falta de sustentabilidade até questões climáticas como precipitação e teor de umidade do solo, além da carência de infraestrutura e meios de transporte para escoar a produção até os mercados locais, bem como a escassez de gestores competentes e políticas públicas ativas. Isso reflete a complexidade da gestão de associações agrícolas em nível local e a necessidade de abordar esses problemas de maneira eficiente para garantir o sucesso e a eficácia dessas organizações (Bata e Nanthapa, 2020). Portanto, é essencial que o governo e outras partes interessadas em Moçambique considerem estratégias para fortalecer a capacidade financeira das associações agrícolas de forma a garantir sua autonomia e viabilidade a longo prazo. Isso pode incluir o desenvolvimento de fontes de financiamento internas, capacitação para a gestão financeira eficaz e a promoção de parcerias sustentáveis entre as associações e o setor privado, por exemplo.

No Vale do Infulene, as associações de agricultores desempenharam um papel significativo na distribuição de terras e na gestão das actividades agrícolas, através da entreaajuda e da troca de ferramentas e equipamentos. Ao contrário do isolamento individualista, o estabelecimento de interações e relações de confiança e solidariedade e cooperação entre os indivíduos promoveu processos de aprendizagem e troca de conhecimento, colaboração e ação coletiva para resolver desafios e alcançar metas compartilhadas.

As associações agrícolas, por si só, não detêm a titularidade legal das terras em questão, visto que estas são legalmente propriedade dos associados que, na qualidade de membros das mencionadas associações, as trabalham. A aquisição dessas parcelas de terra ocorreu mediante diferentes modalidades, a saber, por via de herança familiar ou através da compra, variando conforme as circunstâncias nas quais os proprietários originários as adquiriram, muitas vezes antecedendo a constituição formal das próprias associações agrícolas.

Todavia, vale ressaltar que subsistem desafios significativos no seio das associações. Tais desafios se relacionam, em especial, com a crescente pressão resultante do processo de urbanização. Nesse contexto, algumas associações se viram forçadas a interromper suas atividades de produção agrícola. Mais preocupante ainda, observou-se a entrada de atores externos mal-intencionados nas associações, os quais, por vezes, realizaram a criação de entidades associativas falsas, almejando, assim, despossar os agricultores associados de suas terras produtivas. Estas terras, posteriormente,

foram alienadas para empreendimentos imobiliários, esboçando um cenário no qual interesses financeiros e ganância destrutiva prevaleceram sobre a identidade e os direitos legais dos associados, concretizando, assim, uma lamentável perda de coesão e pertinência associativa (Dürnagel; Júnior; Dürnagel, 2022).

CAPÍTULO IV

4. IMPACTOS DA OCUPAÇÃO DA TERRA NO VALE DO INFULENE

4.1. O impacto da agricultura sobre o meio ambiente

É importante destacar inicialmente que o Decreto n° 54/2015, define impacto ambiental, como “qualquer mudança do ambiente para melhor ou pior, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água e na saúde das pessoas, resultante de actividades humanas””.

Impacto ambiental representa uma força significativa exercida sobre o meio ambiente, resultando no desequilíbrio do ecossistema natural. Este desequilíbrio não é apenas uma alteração superficial nas propriedades do ambiente é, na verdade, a perturbação das relações essenciais dentro do ambiente. Refere-se a mudanças que excedem a capacidade de absorção do ambiente considerado, desafiando assim a estabilidade das interações naturais (Costa & Rocha, 2010).

Olhando para os conceitos apresentados, assume-se que o impacto ambiental é uma transformação no ambiente devido a atividades humanas, que pode afetar profundamente as relações constitutivas do ecossistema. Não se trata apenas de mudanças superficiais nas propriedades do ambiente, mas de alterações que provocam desequilíbrios significativos nas interações naturais. Estes desequilíbrios podem ir além da capacidade de absorção do ambiente, afetando elementos essenciais como ar, água, solo, biodiversidade e a saúde das pessoas.

As técnicas inadequadas de gestão agrícola, conforme observado por De Deus & Bakonyi (2012) têm contribuído para a deterioração dos solos. A etapa inicial para quem deseja iniciar o cultivo envolve a necessidade de limpar a área destinada à produção, geralmente através do desmatamento, muitas vezes realizado por meio de queimadas. A popularidade desta técnica persiste devido à sua eficácia rápida e ao custo relativamente baixo para preparar o terreno para o plantio. De acordo com De Oliveira (2016) a remoção da cobertura do solo, particularmente o desmatamento, o uso intensivo da terra, são factores que aceleram a degradação do solo, resultando em erosão, empobrecimento do solo e desertificação. O autor argumenta que, embora a erosão seja um processo natural no desenvolvimento da paisagem e geralmente ocorra lentamente, actividades agrícolas e pecuárias têm acelerado esse processo. Nos últimos anos, o planeta tem enfrentado transformações ambientais significativas devido a essas actividades.

A interação ambiental gerada pelo emprego de pesticidas agrícolas constitui impacto importante decorrente da actividade agrícola, pós ameaça a saúde dos agricultores e consumidores e contamina a saúde dos solos (De Oliveira, 2016). A entrada destes agroquímicos na dieta das pessoas representa uma ameaça a Saúde humana e pode causar uma série de problemas de Saúde como alergias, problemas respiratórios e até mesmo doenças crônicas como câncer.

Além dos desafios gerais da agricultura, a região do Vale do Infulene enfrenta um problema específico : a salinização dos solos em áreas costeiras, como observada no Vale do Infulene devido à invasão da água do mar, essa salinização dos solos pode levar a uma redução significativa na produtividade agrícola, prejudicando a segurança alimentar e econômica das comunidades locais.. Esse fenômeno é amplamente influenciado por fatores climáticos e humanos, incluindo o aumento do nível do mar e o uso inadequado da terra (Siteo, 2008).

Pimentel, argumenta que a água usada para irrigação das plantações fica mais salgada devido à abertura das comportas nas regiões onde ocorre a produção de sal nas salinas. Isso faz com que a água prejudique a qualidade e a eficácia da irigação nas terras agrícolas do vale do Infulene.

De acordo com Dürrnagel; Júnior; Dürrnagel (2022, p.103)

Nos últimos anos, surgiram várias iniciativas como o Plano de Agricultura Urbana, experimentos de produção em solos com um índice de salinidade. O projeto 'Estratégias de Mitigação de Salinidade de Solos nos Sistemas de Produção de Hortícolas em Moçambique' (SaliHort) tem como objetivo a aplicação de inovações no manejo da salinidade na agricultura, adaptando-as à realidade moçambicana. Para isso, o estudo-piloto dessas estratégias inovadoras será conduzido nas zonas verdes de Maputo, com uma participação ativa dos agricultores locais.

Olhando para os argumentos apresentados pelo **SITOE**, **PIMENTEL**, e **Dürrnagel; Júnior; Dürrnagel**, abordam o problema da salinização do solo e sua influência na agricultura na região do Vale do Infulene. Eles destacam a salinização do solo como um desafio significativo que afeta a produtividade agrícola e, por conseguinte, a segurança alimentar e econômica das comunidades locais e que estes impactos têm efeitos diretos na qualidade de vida das comunidades e podem requerer investimentos significativos na sustentabilidade.

Os autores anteriormente citados Os autores destacam a acentuada salinização do solo no Vale do Infulene, devido à intrusão da água do mar, como um problema que tem consequências adversas, incluindo a diminuição da produção agrícola e impactos econômicos nas comunidades locais. Eles

ressaltam que essa salinização resulta de uma combinação de fatores naturais, como as mudanças climáticas que aumentam o nível do mar, e ações humanas, como práticas inadequadas de uso da terra. Além disso, os autores mencionam que nos últimos anos surgiram iniciativas importantes, como o Plano de Agricultura Urbana, que buscam soluções inovadoras para lidar com o desafio da salinização do solo na agricultura moçambicana. Eles apontam especificamente para o projeto "SaliHort", que visa aplicar novas estratégias de manejo da salinidade adaptadas à realidade local. Este projeto inclui um estudo-piloto nas áreas verdes de Maputo, com uma forte colaboração dos agricultores locais, com o propósito de adequar as estratégias de manejo da salinidade às necessidades específicas da região.

4.2. Impactos Sócio-Económicos da Ocupação da Terra

Além dos desafios ambientais, a ocupação da terra no vale do infulene tem implicações sócio-económicas significativas. A ocupação da terra nas zonas verdes do Vale do Infulene para a prática da agricultura é um fenómeno complexo que tem repercussões significativas nas dinâmicas sociais e económicas nessa região. Esse processo, embora essencial para atender às demandas de produção alimentos e abastecimento de alimentos as cidade de Maputo e Matola, traz consigo uma série de impactos socio-econômicos. A agricultura nas zonas verdes desempenha um papel importante no abastecimento de produtos agrícolas, como ressaltado por Siteo (2008). Ela fornece hortícolas e depara-se com a dificuldade de colocar os produtos a um preço relativamente mais baixo em comparação com os produtos importados a partir da África do Sul , verificando se uma dependência de importações. Esta situação é especialmente relevante dado que a agricultura na região é praticada em grande parte por famílias de baixa renda, cujo principal objectivo é gerar rendimentos para atender às necessidades básicas, conforme observado por Munatepa (s.d.).

A agricultura nas zonas verdes do Vale do Infulene tem sido uma fonte de produção e comercialização de produtos agrícolas , como mencionado em estudos de Viana (2019). Isso não apenas ajuda a melhorar a renda das famílias, mas também contribui para o crescimento económico. No entanto a prática da horticultura na cintura verde da capital mocambicana assegura o sustento de milhares de indivíduos. À medida que a terra vai sendo cultivada, surgem oportunidades de promover o emprego e a produtividade em toda a cadeia de produção, desde o plantio e a colheita até o transporte e o processamento de alimentos. Essa geração de empregos, como argumenta Siteo (2010), promove um ciclo virtuoso em que o aumento da renda das famílias resulta em maior poder de compra, estimulando a diversificação e renda agrícola assim contribuir

para a melhoria geral do padrão de vida nas comunidades do Vale do Infulene. Esse progresso socio-económico é crucial para combater a fome e a pobreza, através do aprimoramento da produção e da eficiência agrícola, o sector pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento económico. É essencial aumentar a produção de alimentos para atender à demanda nacional e fortalecer os mercados locais. Para alcançar essa transformação, é necessário oferecer aos agricultores opções tecnológicas, movendo a agricultura de uma prática predominantemente de subsistência para um modelo orientado para o mercado. Esse esforço colectivo não apenas impulsionará o desenvolvimento económico, mas também criará oportunidades e melhorará a qualidade de vida dos agricultores.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO

Com base na análise do processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes do Vale do Infulene, que abrange o período de 1980 até a atualidade, chegou-se às seguintes conclusões: Primeiramente, observa-se uma mudança substancial na propriedade da terra após a independência de Moçambique, o estado moçambicano passou a ser proprietário da terra que anteriormente era controlada pelos colonos, intervencionando as propriedades deixadas pelo colono a favor do estado. Observamos que a dinâmica de produção nas Zonas Verdes foi profundamente influenciada pelos planos de desenvolvimento agrícola estabelecidos pelo governo a partir de 1980. Foi nesse período que a estratégia de produção zonas e foi criado o Gabinete das Zonas Verdes. Antes desse marco, os investimentos agrícolas estavam concentrados no sector estatal. O alastramento do conflito armado por todo o País, aliado à crise desencadeada pela guerra e pela seca, levou o governo a iniciar a distribuição de terras férteis. Isso resultou na formação de associações e cooperativas agrícolas, refletindo uma tentativa de promover a agricultura familiar e o uso coletivo da terra. Entretanto, essa redistribuição de terras também trouxe desafios significativos, incluindo conflitos fundiários devido à falta de títulos de propriedade claros. As terras que tinham sido ocupadas eram destinadas à prática da agricultura, a agricultura praticada nas Zonas Verdes constitui uma estratégia de sobrevivência. Esta situação é agravada pela falta de investimento, falta de acesso a crédito e a escassez de maquinaria agrícola. Esta situação é especialmente difícil para aqueles agricultores que não estão associados, já que os agricultores que fazem parte de associações locais recebem algum apoio. Consequentemente, a acumulação de riqueza por meio da agricultura nas zonas verdes se mostra uma meta difícil de ser alcançada para muitos desses agricultores, devido às barreiras que encontram no caminho do seu progresso econômico. Atualmente a actividade agrícola no vale do Infulene esta sob control das actividades colectivas em associações agrícolasas desempenham um papel fundamental na construção de capital social e na facilitação do acesso e compartilhamento de informações entre seus membros, o acesso a avanços tecnológicos e inovações por meio de programas educacionais e assistência agrícola, juntamente com a garantia de segurança na posse de terra por meio da emissão de Direitos de uso e aproveitamento da terra DUATs.

6. Referências bibliográficas

Livros e artigos científicos:

ARAÚJO, Manuel G. Mendes. *Ruralidades-Urbanidades em Moçambique. Conceitos ou preconceitos*. Revista da Faculdade de Letras — Geografia I série, vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002, pp. 5 – 11.

ARAÚJO, M. G. M.. “*Os espaços urbanos em Moçambique*”. GEOUSP –Espaço e Tempo, nº 14. São Paulo, 2003, pp. 165-182.

BALOI, J. A.. *Políticas e Estratégias de Combate à pobreza e de promoção do Desenvolvimento em Moçambique: Elementos de continuidade e descontinuidade*. Revista estudios de Políticas Públicas, 4(2), PP. 203–214, 2018.

BERNARDO, Bernadino. *Influência da dinâmica urbana e a ocupação de áreas inundáveis no bairro de Magoanine-A (Moçambique): uma reflexão para o zoneamento ambiental*. Revista Internacional em Língua Portuguesa - nº 35, pp.61-68, 2019.

CAMPOS, Bruno; DELBI, Cláudia. *As singularidades do espaço urbano e suas implicações nas práticas territoriais do entorno de maputo/moz*. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 37, 2020.

CONJO, Manuel; SOUSA, Paulo; CHICHANGO, David. *Ordenamento territorial para gestão do uso e ocupação da terra em moçambique - Aspectos Legais*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.8.n.03. mar. 2022.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS 4º, 2008, Franca. Anais... São Paulo: SITEO, Tomás, 2008.

DE DEUS, Rafael; BAKONYI, Sonia. *O impacto da agricultura sobre o meio ambiente*. Rev. Elet. Em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v (7), nº 7, p. 1306-1315, MAR-AGO, 2012.

DÜRRNAGEL, A. P.; JÚNIOR, M. S.; DÜRRNAGEL, S. P. *Agricultura urbana, relações e desenvolvimento: um olhar sobre Maputo, Moçambique*. Boletim GeoÁfrica, v. 1, n.2, p. 96-119, abr.-jun. 2022.

BATA, Eduardo; NANTHAPA, Cesar. *O associativismo agrícola como estratégia para o desenvolvimento comunitário : uma análise da Associação dos camponeses 16 de junho de Mpaco, Nacala-Porto, Moçambique*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 15, n. 37, p. 109-138, ago., 2020.

CRUZ, António et.al. *Desenvolvimento económico e instituições-Moçambique numa encruzilhada: Um diagnóstico institucional*. Disponível em www.igwww.mozambique.wider.unu.edu/pt/report/desenvolvimento-economico-e-instituicoes-mocambique-numa-encruzilhada-um-diagnostico.2019.

EUGÉNIO, Albino. *Os direitos sobre os territórios: Comunidades locais e os projetos de desenvolvimento em Moçambique*. Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v03, n3, 2019.

FEIJÓ, João.; AGY, Aleia. *Processos migratórios, trabalho agrícola e integração nos mercados-Efeitos da implementação de grandes projectos sobre comunidades camponesas*. In: BRITO, Luís de et al (org.). *Desafios para Moçambique 2015*. IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos): Maputo, Moçambique, 2015. P.272-310.

LIBOMBO, Sergio et.al. *Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo*. Revista Nera, n 38, p.133-150, 2017.

GUEVANE, Luiz Adriano. *Dinâmicas de produção do espaço urbano na perspectiva da informalidade e pobreza urbana*. Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.03, n.03, Outubro de 2019.

Maloa, J. M. (2019). *A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180101. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>

MATULE, Euclides. *Proposta de Zoneamento Ambiental para o Município da Matola em Moçambique*. Bahia: 2018. 144p. (Dissertação, Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente).

MOSCA, João. *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*. Revista NERA. Presidente Prudente. Ano 20, n°38, 2017.P 68-105.

SERRÃO, J.; DIREITO, B.; RODRIGUES, E.; et al. (Edit) *.Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. 2014. In: VICENTE, José. *Direito à terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência*.

MUCHACONA, Jorge.; Romão, Jute. *Da reconstrução económica à emergência do regime democrático em Moçambique: Uma reflexão sobre a consolidação da sociedade civil, 1975 – 2017*. Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v. 5, n. 10, p. 86-99, 2018.

MANDAMULE, Uacitissa. *Tipologia dos conflitos sobre a ocupação da terra*. Revista Nera, n. 37, p. 1-28,2016.

MANDAMULE, Uacitissa. *Discurso sobre o regime de propriedade da terra em moçambique*. Revista Nera, n. 38, p. 41-67, 2017.

MUCHOCONA, Jorge. *Relações sociopolíticas e conflitos de terra: Encruzilhada entre a tradição e a modernidade no contexto moçambicano*. Disponível em www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org

MUNATEPA, Jordão. *A prática da actividade agrícola no vale do Infulene na Cidade de Maputo como mecanismo para melhoria da renda familiar*. Disponível em www.revistacientifica.udm.ac.mz

COSTA, Tacilla; SANTOS, Sá Siqueira. *Moçambique e a questão da terra: Um olhar audiovisual*. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 237, p. 365-385, 2016.

SITOE, Tomas. *A extensão agrícola e as “escolas na machamba do camponês” em moçambique: O caso da produção de hortícolas nas zonas verdes da cidade de maputo*. Revista Uniara, v.13, n.2, p. 50-69, 2010.

Teses, dissertações e monografias:

ALFREDO, Benjamim. *Alguns aspectos do regime jurídico da posse e do direito de uso e aproveitamento da terra e os conflitos emergentes em moçambique*. Pretoria: UNISA, 2009. 354p (Tese de Dotouramento em Direito).

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. *Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares*. Revista GEOMAE: geografia, meio ambiente e ensino, Campo Mourão, PR: Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Departamento de Geografia, v.1, n. 2, p. 25-56, jul./ago. 2010.

DE OLIVEIRA. *Principais impactos da agricultura no meio ambiente*. Possego: UEG, 2016. 21p. (Trabalho de conclusão, Tecnologia em produção de grãos).

LOPES, Rafael. *O regime de propriedade da Terra em moçambique: do costume das sociedades tradicionais no período colonial à consolidação jurídica no pós-independência, 1884-2020*. Lisboa: NSOL, 2020. 112p. (Dissertação de Mestrado em Direito Internacional e Europeu).

MALAUENE, Denise. *As relações de género na agricultura urbana: O caso das zonas verdes de Maputo, 1980-2000*. Maputo: FLC, 2002. 71p. (Monografia, Licenciatura em História).

MALOA, Tomé. *História da economia socialista moçambicana*. São Paulo: FFLCH, 2016. 162p. (Dissertação de Mestrado em História Económica).

UBISSE. O. G. M. *Perceções sobre a malária e mecanismos de prevenção e cura: Estudo comparativo entre o bairro de Infulene cidade de Maputo e povoado de Mangandlane no distrito de Magude*. UEM. FLCS. Maputo. 2005.

VIANA, Victória. *Sistemas de abastecimento na cidade de Maputo, Moçambique produção, distribuição e circulação de produtos agrícolas*. São Paulo: FLCH, 2019. 50p. (Monografia, Bacharel em Geografia).

Legislação Consultada

MOÇAMBIQUE. Constituição (1990). Constituição da República de Moçambique Promulgada em 2 de Novembro de 1990. I Série - Número 44.

MOÇAMBIQUE. Constituição (2004). Constituição da República de Moçambique. Aprovada pela Assembleia da República aos 16 de Novembro de 2004

.MOÇAMBIQUE. Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro. Lei de Terras. Promulgada a 1 de Outubro de 1997.

MOÇAMBIQUE. Decreto n.º 65/2015, de 15 de Dezembro. Regulamento Sobre o Processo de Avaliação Do Impacto Ambiental no País.

7. Apêndices

7.1. Apêndice 1: Lista dos entrevistados

Nome do Entrevistado	Idade e Ocupação	Naturalidade	Data da Entrevista
António Eduardo	23 anos- Agricultor	Maputo	01.11.2023
Aroneta Mazivila	25 anos- Agricultora	Maputo	01.11.2023
Anastácia Neves	40 anos- Vendedora de estrume	Maputo	02.11.2023
Raquel Alfredo	33 anos- Vendedora e Agricultora	Maputo	02.11.2023
Dankei Inácio	21 anos- Agricultor	Gaza	02.11.2023
Francisco Custódio	28 anos- Agricultor	Maputo	02.11.2023
Januário	34 anos- Agricultor	Gaza	05.11.2023
António Manhiça	Agricultor	Inhambane	05.11.2023
	42 anos-Agricultor	Maputo	05.11.2023
Arnaldo	38 anos- Agricultor	Gaza	05.11.2023

7.2. **Apêndice 2:** Guião de entrevistas



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Curso: **Licenciatura em História**

Guião de entrevista para Vale do Infulene.

Tema: O Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes: o caso Vale do Infulene 1980 até atualidade.

Apresentação do Entrevistador

O meu nome é Osvaldo Egídio Martinho, sou estudante do curso de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane, pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Estou a conduzir uma pesquisa académica relacionada com o processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes, com foco no Vale do Infulene.

Gostaria humildemente de solicitar a sua colaboração nesta pesquisa, respondendo a algumas questões relacionadas com o Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes: o caso Vale do Infulene 1980 até atualidade. O seu contributo será de enorme valia para o enriquecimento da informação sobre este tema de relevância histórica. Importa salientar que esta entrevista faz parte de um trabalho académico, tendo fins exclusivamente educacionais, no âmbito da conclusão do Curso de Licenciatura em História.

I: O Processo histórico de ocupação da terra nas zonas verdes: o caso Vale do Infulene 1980 até atualidade.

Dados demográficos

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Estado Civil
5. Morada (Bairro)

Sobre Vale do Infulene

1. Quando é que adquiriu o espaço para a prática da agricultura?
2. Como adquiriu o espaço para a prática da agricultura?
3. Qual é o número de anos de experiência na prática da agricultura?
4. Além da produção de hortícolas, possui uma outra fonte de renda?
5. Além do cultivo de couve e alface, quais outras culturas são plantadas como parte do processo de diversificação agrícola?
6. Quais desafios específicos são enfrentados pelas pessoas que alugaram ou venderam suas terras no Vale do Infulene ao estabelecerem novos locais de produção?
7. Quais estratégias são adotadas para mitigar os impactos sócio-ambientais resultantes da ocupação da terra para a prática agrícola?
8. É membro de alguma associação de agricultores?
9. O que é que levou a entrar na associação?
10. Quais são as vantagens de ser membro da associação?
11. Gostaria de acrescentar algo que eu não tenha perguntado?